

**A IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR NO OITOCENTOS: O CASO DO  
PERIÓDICO O ATHLETA (1860)****THE MILITARY PERIODICAL PRESS IN THE 19TH CENTURY: THE CASE OF  
THE PERIODICAL O ATHLETA (1860)**

DOI 10.5281/zenodo.13856908

Fernanda de Santos Nascimento<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo central deste artigo é apresentar o periódico *O Athleta*, publicado em Recife, em 1860. O periódico tinha como redator um cadete do Exército e se exprimia enquanto órgão político e militar. *O Athleta* está inserido no campo de estudos da imprensa periódica militar e foi recentemente localizado no acervo da Companhia Editorial de Pernambuco. A hipótese principal apresentada aqui é que o periódico difere em algumas características de outros do mesmo período, sobretudo, devido à sua vinculação política e, também, com relação a falta de educação formal militar por parte de seu redator. Para organização do corpus documental foi utilizado o método da análise de conteúdo. É possível concluir que *O Athleta* se insere nos debates políticos entre liberais e conservadores do período e abre novas possibilidades de análise da imprensa periódica militar. Logo, compreendemos a importância do estudo deste periódico, a fim de reconhecer a importância da participação de militares brasileiros na imprensa do Oitocentos.

**Palavras-chave:** Imprensa Militar. Segundo Reinado. História Militar.

**Abstract:** The central objective of this article is to present the periodical *O Athleta*, published in Recife, in 1860. The editor of the periodical was an Army cadet and expressed itself as a political and military organ. *Athleta* is part of the field of study of military periodical press and was recently located in the collection of Companhia Editorial de Pernambuco. The main hypothesis presented here is that the periodical differs in some characteristics from others from the same period, mainly due to its political connection and also in relation to the lack of formal military education on the part of its editor. To organize the documentary corpus, the content analysis method was used. It is possible to conclude that *O Athleta* is part of the political debates between liberals and conservatives of the period and opens up new possibilities for analyzing the military periodical press. Therefore, we understand the importance of studying this periodical, in order to recognize the importance of the participation of Brazilian military personnel in the press of the 19th century.

**Keywords:** Military Press. Second Reign. Military History.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015). Professora substituta na Universidade do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão. Coordenadora do GT de História Militar da ANPUH-RS. E-mail: fernandaisrael@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5509-6517>

## Introdução

Em 20 de outubro de 1860 surge em Recife um novo periódico intitulado *O Athleta - Jornal político e militar*. Assim como muitos periódicos do período *O Athleta* não tem nenhuma informação sobre seu redator nas edições pesquisadas. Foram localizadas onze edições desse periódico no repositório digital da Companhia Editora de Pernambuco que, desde 2023, tem trabalhado na digitalização da Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, de Pernambuco, um dos maiores acervos de jornais e periódicos da América Latina.

O periódico insere-se em um profícuo período da imprensa militar periódica no Brasil: entre 1854 e 1864 uma série de periódicos é publicada tanto no Rio de Janeiro quanto em Recife, fato que nos chamou bastante atenção. Este artigo é um desdobramento de novas pesquisas no âmbito da imprensa periódica militar, que revelou um cenário bastante promissor com relação a província de Pernambuco e a história da imprensa nacional, com especial atenção para a imprensa periódica militar. Por imprensa periódica militar entendemos um conjunto de publicações geralmente escritas por militares e voltadas – especificamente, mas não obrigatoriamente – ao público militar. Seu surgimento tem relação com o contexto internacional de cientificismo e profissionalização das forças armadas no âmbito de fortalecimento dos estados nacionais (NASCIMENTO, 2015). No Brasil, podemos observar a existência de periódicos militares já durante o período regencial, mas sua principal atuação será observada após a década de 1850, a partir da Conciliação e do maior esforço em centralizar o estado imperial através de importantes reformas, sobretudo no que tange às questões do Exército nacional.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise do periódico *O Athleta - Jornal político e militar*, demonstrando suas relações com o âmbito político local além das suas conexões militares. O periódico torna-se uma peça relevante para pesquisa, pois trouxe informações importantes para compreensão do contexto político relacionado à imprensa militar. É consenso na historiografia que os militares não se colocaram como grupo político de oposição à monarquia - embora fizessem muitas críticas à política

imperial - através de sua participação na imprensa militar (SCHULZ, 1994; LIMA, 2015; SOUZA, 1999; NASCIMENTO, 2015). Nesse sentido, os periódicos não foram identificados como pertencentes a nenhuma corrente política específica, como era comum observar na imprensa periódica do período. No entanto, *O Athleta*, é um periódico com forte característica política, inserido nas lutas entre as diversas facções existentes na província de Pernambuco, sobretudo entre conservadores e liberais. De tendência conservadora, o periódico surge para fazer campanha para os candidatos conservadores no pleito de 1860/61. Apesar desta particularidade, esta pesquisa demonstrou ser seu principal redator um cadete do Exército. Logo, é possível ampliarmos nosso entendimento com relação a atuação de militares na arena da imprensa do oitocentos, não apenas no âmbito das questões militares, mas também nas questões políticas, sobretudo nas províncias.

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa maior, que busca identificar e categorizar os periódicos escritos por militares no século XIX, no Brasil. A imprensa militar ganhou pouca - ou quase nenhuma atenção - na historiografia sobre militares nos últimos anos. Em que pese trabalhos como de John Schulz (1994) e Adriana Barreto de Souza (1999) que utilizaram periódicos em suas análises, além das pesquisas de Miguel Arias Neto (2013), o periódico é visto como fonte dentro da pesquisa e não como objeto e campo de pesquisa. Assinalamos aqui, portanto, a existência da imprensa periódica militar no século XIX (e entendemos a existência desta imprensa de igual forma no século XX também) enquanto campo e objeto de pesquisa.

Para análise do periódico, foi utilizado o método da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007). O método é bastante pertinente para os estudos de imprensa, pois trabalha com a possibilidade de categorização. Para Navarro e Díaz (1995) o recurso da categorização é bastante indicando principalmente a pesquisadores que trabalham com corpus de análise extensos e variados. Os textos foram separados em categorias conforme o assunto. Dado o teor extremamente político do periódico, uma análise mais apurada sobre seu discurso militar não foi possível. Mas a análise do aspecto político revelou dados bastante interessantes que serão apresentados a seguir.

## A imprensa periódica militar no Oitocentos: um panorama

O periódico *O Athleta* está inserido em um âmbito maior de análise da imprensa do Oitocentos: como periódico não pode – nem deve – ser analisado de forma individual, pois faz parte de um campo de pesquisa amplo e complexo: num primeiro momento, insere-se no campo da história da imprensa de Pernambuco; em um segundo momento, insere-se no campo específico da imprensa periódica militar. De uma forma geral, a imprensa periódica do século XIX pode ser definida como uma imprensa de combate. Ela difere, em vários aspectos, da imprensa que irá se estabelecer com força no início do século XX, fruto das transformações tecnológicas e econômicas que caracterizam este século. Muitas vezes, durante o século XIX, um único indivíduo se valia da palavra impressa, arcando com os custos de impressão, a fim de expor suas ideias e críticas. Nesse sentido, como bem apontou Luca, “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX” (LUCA, 2008, p. 133). A imprensa configurava-se, desta forma, como um espaço de embates, e não como processo cujo interesse final é o lucro. O objetivo final era, através da imprensa, interpor-se nos debates da sociedade. Essa constatação converge com o discurso dos periódicos militares do século XIX: seus redatores caracterizavam a imprensa como campo de lutas e embates.

Por imprensa militar, compreendemos a ampla gama de jornais e, posteriormente, revistas publicadas por militares, e destinados, principalmente, ao público militar. Importante assinalar que a existência desta imprensa não está restrita à existência de um impresso específico, ou seja, ela se configura existente mesmo quando os militares escreviam em periódicos não-militares. Entre os anos de 1863 e 1864, por exemplo, *O Diário do Rio de Janeiro* publicou, sucessivamente, duas colunas denominadas “Apontamentos Militares” e “Noticiador Militar”. Embora tais colunas não tivessem periodicidade, sua existência coloca a imprensa como um campo de debates para os militares se expressarem, constituindo-se tais colunas em prolongamento da imprensa militar. *O Diário* também manteve, entre 1854 e 1855, outra coluna intitulada

“Revista Militar”. Portanto, era comum a participação de militares na imprensa, de uma forma geral. A existência de uma imprensa própria militar seria a lógica consequência de processos que já ocorriam na imprensa comum (NASCIMENTO, 2015, p. 41).

O surgimento da imprensa periódica militar no Brasil acompanha uma tendência internacional de aprimoramento profissional militar, consequência da modernidade e do processo de profissionalização das forças armadas nacionais (HUNTINGTON, 1996; ASSIS, 2006). Logo, a existência de periódicos militares era uma tendência mundial. Na França, em 1824, surgiu o *Journal des Sciences Militaires*, publicado por membros de L’Academie Royale de Sciences Militaires de Suède, e em 1826, surgiu o periódico *Le Spectateur Militaire*. Em Portugal, em 1849, surgiu a *Revista Militar*, comandada, principalmente, por jovens tenentes de engenharia (ASSIS, 2006). O lançamento da revista foi noticiado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de fevereiro de 1849. Através de seu correspondente jornalístico em Lisboa, publicava o *Diário* constantes informes e trechos da *Revista Militar* portuguesa em suas páginas.

Estes periódicos internacionais não eram desconhecidos dos militares brasileiros. Muitos eram citados pelos periódicos. Em *O Militar*, por exemplo, uma das justificativas para o seu aparecimento é a existência de periódicos similares em outros lugares do mundo (O MILITAR, 1854a, p. 1). O próprio periódico informa existir na França um jornal especial da artilharia, chamado *Memorial de Artilharia*, editado por uma comissão e distribuído a todos os oficiais artilheiros. O redator ressalta que os artigos são escritos pelos oficiais desta arma, e compreende “isto anima, influi e causa emulação entre os oficiais da Artilharia, que, desejosos de sobressaírem aos seus camaradas, são forçados a estudar, e por esta forma instruírem-se e adquirirem conhecimentos que se tornem uteis ao seu país” (O MILITAR, 1854b, p. 2) Em 1862, o periódico *O Indicador Militar* cita a *Revista Militar de Portugal* (INDICADOR MILITAR, 1862a, p. 437). Ainda em 1869, *O Soldado e o Marinheiro* faz uma referência ao conceituado *Army and Navy Journal*, publicado por militares americanos, desde 1863 (O SOLDADO E O MARINHEIRO, 1869a, p. 4).

É possível ainda avaliarmos a importância e a circulação dos escritos de militares estrangeiros através do Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha, publicado em 1879, no Rio de Janeiro. Além do Catálogo oferecer uma lista dos livros depositados na Biblioteca da Marinha, trazia também informações sobre as revistas militares disponíveis em seu acervo. A Biblioteca foi instituída em 1846, no ministério de Holanda Cavalcanti. O catálogo foi organizado pelos dois bibliotecários responsáveis pelo acervo: Sabino Eloy Pessoa e Luiz Philippe de Saldanha da Gama. Ambos tiveram sólida carreira militar na Marinha, e Eloy Pessoa se destaca por ter sido o redator, em 1851, da Revista Marítima Brasileira (ARIAS NETO, 2013). Na biblioteca estavam catalogados periódicos franceses, ingleses, americanos e italianos.

A mesma referência encontrada aos periódicos internacionais é também encontrada para os periódicos nacionais, principalmente naqueles que circularam no mesmo período. Em 1855, o redator de *O Militar Briosso* informa receber uma carta do redator do jornal *O Rio Grandense*, publicado na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul (O MILITAR BRIOSO, 1855a, p. 1). O lançamento de *O Militar* (1854) foi acompanhado pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira* (RMB, 1854a, p. 5), e o periódico *O Brasil Marítimo*, da Bahia, era lido e reproduzido pelos redatores da *Revista Marítima Brasileira* (RMB, 1855b, p. 5-8). Em Recife, *O Athleta* (1860) faz referência ao *Militar*, do Rio de Janeiro e a *Revista Militar* que era publicada no *Diário do Recife* (O ATHLETA, 1860a, p. 2). A redação do *Echo Militar* (1878), de Manaus, agradece a redação de *A Alvorada* (1879), de Rio Grande, pelos números recebidos (ECHO MILITAR, 1879, p. 1).

Logo, configurava-se uma rede da imprensa militar baseada em dois pilares: na internacionalização dos escritos, oriundos dos países-modelo, cujas forças armadas eram maiores e mais organizadas; e a nacionalização dos escritos dos militares brasileiros, que circulavam através de redes de acesso, proporcionadas pela constante troca de serviço dos militares entre as diversas províncias do Império. Assim, existia uma rede de contatos possibilitada aos redatores da imprensa militar, tanto pelo conhecimento de periódicos estrangeiros quanto pela referência aos periódicos

nacionais. Marco Morel definiu a forma dinâmica como os vocabulários políticos circulavam e eram repetidos pela sociedade, relacionando-se entre si e com o outro, levando à transformação e à interferência dos espaços públicos (MOREL, 2005, p. 60). Constituiu-se, assim, a imprensa militar como integrante de um espaço público dedicado à discussão de ideias e valores sobre a instituição militar na sociedade brasileira do oitocentos.

A existência dos periódicos militares, tanto no exterior quanto no Brasil, pode ser vista como consequência da profissionalização das forças armadas ocorrida durante o século XIX. E esta profissionalização tem relação não apenas com o cientificismo do período, mas também com a própria centralização do Estado moderno (CREVELD, 2004). Para Costa, no caso brasileiro, foi o Exército que viabilizou a centralização do Estado, após as reformas regenciais (COSTA, 1996, p. 54). Foi contra as revoltas ocorridas neste período que o Exército desempenhou seu primeiro papel de relevo após a independência. As reformas centralistas de 1850 objetivavam, principalmente, eliminar o caráter privado da Guarda Nacional: ao passar para o Estado a nomeação dos comandantes, diminuía-se o peso da Guarda como força armada a serviço das elites regionais. Buscava-se fortalecer a existência do Exército, instituição ligada diretamente ao Estado.

Os periódicos militares passaram a ter maior destaque a partir da década de 1850, por algumas razões principais: o desaparecimento das revoltas internas, finalmente encerradas com a vitória do governo sobre os praieiros pernambucanos, em 1848; uma maior profissionalização do Exército, consolidada através de seguidas reformas efetuadas pelo gabinete conservador, sobretudo durante o ministério de Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1849-1853); e o desenvolvimento de uma cultura intelectual baseada no racionalismo e no cientificismo do século XIX.

O período de paz externa e interna entre 1850 e 1864 produz um ambiente favorável às iniciativas de participação na imprensa aos oficiais militares. Em períodos de conflito e crise, é difícil organizar esse tipo de iniciativa, enquanto em períodos de paz a estabilidade incentiva ações, como a publicação dos jornais, por exemplo. Para

Clausewitz, por exemplo, a guerra representa uma situação limite, onde as circunstâncias ordinárias da vida são suspensas pela onipresença do perigo (CLAUSEWITZ, 2010, p. 83). É relevante, portanto, a quantidade de publicações de militares, tanto no período imperial quanto no período republicano nos tempos de paz ou de relativa tranquilidade nacional.

Portanto, entre 1854 e 1864, podemos observar os seguintes periódicos militares em circulação: *Revista Marítima Brasileira* (1851-1855, RJ), *O Militar* (1854-1855, RJ), *O Militar Brioso* (1855, RJ), *Brasil Marítimo* (1854-1859, BA), *O Militar* (1859-1861, RJ), *O Athleta* (1860, PE), *Annaes Maritimos* (1861, RJ), *Revista Militar* (1862-1863, PE), *O Brado Militar* (1863, PE), *O Indicador Militar* (1862-1863, RJ). Tais periódicos chamam a atenção do pesquisador, pois indicam a forte presença de militares na arena da imprensa neste período, anterior a Guerra do Paraguai. Os periódicos, em sua maioria, se identificavam como porta vozes dos interesses da classe militar. Estes periódicos não se configuram como institucionais, ou seja, não eram uma publicação oficial do Exército ou da Marinha neste período, e eram compostos de uma parcela pequena da oficialidade.<sup>2</sup> Não raro, eram editados somente por uma pessoa, como é o caso de *O Militar Brioso* (NASCIMENTO, 2015) e do próprio *O Athleta*. Ainda assim, todos chamam para si a representatividade institucional, e acreditam sintetizar todos os interesses do grupo militar. Esta é uma das relações mais importantes existentes nesta imprensa militar. Outra característica importante destes periódicos é a veiculação de um discurso sobre a própria classe militar, que constrói suas relações de função, existência e diferenciação entre as outras classes presentes na sociedade. A imprensa, torna-se assim, porta voz das necessidades militares, sobretudo, de criação de um discurso institucional relacionado a identidade da *classe militar* (NASCIMENTO, 2015).

Assim, existia uma rede de contatos possibilitada aos redatores da imprensa militar, tanto pelo conhecimento de periódicos estrangeiros muitas vezes citados pelos

---

<sup>2</sup> A primeira revista institucional da Marinha será publicada em 1882: a *Revista Marítima Brasileira*, que continua em circulação ainda hoje. Embora a própria Marinha do Brasil afirme a continuidade do periódico de 1882 com seu congênere publicado entre 1851-1855, a historiografia não aponta ligação entre as duas publicações, para além do nome (ARIAS NETO, 2013). Em relação ao Exército, no mesmo ano será publicada *Revista do Exército Brasileiro*.



redatores, quanto pela referência aos periódicos nacionais. Marco Morel definiu a forma dinâmica como os vocabulários políticos circulavam e eram repetidos pela sociedade, relacionando-se entre si e com o outro, levando à transformação e à interferência dos espaços públicos (MOREL, 2005, p. 60) Constituiu-se, assim, a imprensa militar como integrante de um espaço público dedicado à discussão de ideias e valores sobre a instituição militar na sociedade brasileira do oitocentos.

### **O *Athleta*: um periódico político e, também, militar**

Logo, o contexto de surgimento de *O Athleta* tem relação não somente com as especificidades da política regional pernambucana, mas também no contexto de consolidação da imprensa periódica militar. Em seu primeiro número o periódico apresenta seu programa: diferente dos periódicos militares até então pesquisados, *O Athleta* não se coloca como um defensor dos interesses militares: busca, na arena da imprensa, criar mais um canal para que a política conservadora possa ecoar a sua voz, um jornal simples e atrativo que busca demonstrar as mentiras expostas pela imprensa liberal. Coloca-se como um periódico político, cuja oportunidade de surgimento tem relação com o período eleitoral e a necessidade de combater noticiosos mentirosos. Logo, a imprensa serve de campo para que diversas classes e interesses sejam sustentados. No entanto, ao longo de suas 11 edições trará em alguns momentos algumas questões militares e algumas referências importantes para o pesquisador da imprensa militar. Para o redator a imprensa, “[...] não é senão uma arma ignóbil, somente própria para excitar a luta das paixões encontradas que podem dominar a alguns espíritos. Descambando de sua missão, a imprensa é o inimigo irreconciliável da vontade nacional” (*O Athleta*, 1860a, p. 3). Logo, o periódico buscava disciplinar a ação da imprensa no contexto político pernambucano.

O primeiro artigo segue justamente nessa linha: é uma crítica aos jornais – seguidamente chamados de *gazetas*, *pamphletos*, *pasquins* ou *papeluchos* – *Liberal Pernambucano*, *Vapor dos Traficantes* e *Nova Era*. Acusa estes jornais de fazerem propaganda liberal e lembra aos seus leitores a revolução de 1848 e 1849 em

Pernambuco (Revolução Praieira) e, também a Farroupilha, quando muitos pernambucanos foram enviados para os campos do Sul como guarnições do Exército imperial. Lembra do passado de fome e luta a que os cidadãos pernambucanos foram submetidos por conta dos interesses liberais. As acusações estendem-se também ao *Diário do Recife*, identificado como um jornal liberal.

Importante aqui apontarmos a existência destes periódicos com os quais *O Athleta* dialogava e fazia combate. Todos foram alvo dos virulentos textos de *O Athleta*, inclusive encetando ataques pessoais aos seus redatores. O *Diário do Recife* surgiu em 1860 e seu editor era Felipe Néri Colaço (ou Felipe Nery Collaço, grafia que também pode ser encontrada) um advogado que se formou em 1853 na Faculdade de Direito de Recife. Colaço já tinha carreira antiga na imprensa: em 1846 já trabalhava como redator do *Diário de Pernambuco*, conforme informa Luiz do Nascimento (1968, p. 48). Era identificado como sendo um homem mulato e, embora o *Diário do Recife* tenha se colocado como imparcial, acabava por advogar as causas liberais. A partir de 1861 passa a defender as pautas do partido conservador. Colaço permaneceu na imprensa ainda por muito tempo e publicou, em 1876, o primeiro periódico abolicionista do Pernambuco, direcionado aos interesses da população negra (SCHARCZ, GOMES, 2018, p. 267).

*O Liberal Pernambucano* surgiu em setembro de 1852 e durou até 1861. O redator chefe era Antônio Vicente do Nascimento Feitosa e, assim como Colaço, era também homem mulato e bacharel em direito. Fez carreira na imprensa e publicou diversos periódicos, sempre de caráter liberal. Nascimento Feitosa teve célebre participação na Praieira e destacou-se como intelectual na sociedade pernambucana, sobretudo através de seus textos e dos embates que professava na imprensa (NASCIMENTO, 1968, p. 355). *O Vapor dos Traficantes* tinha como redator Modesto Francisco das Chagas Canabarro e começou a ser publicado em 1858 e era a continuação de outro periódico intitulado *O Barco dos Traficantes* (NASCIMENTO, 1968, p. 100). Tinha por linha também a tendência liberal e denunciava as fraudes eleitorais. Foi o maior contendor de *O Athleta*. Por fim, *A Nova Era* que começa a ser

publicado em janeiro de 1860 e tem como redator Joaquim Manoel de Carvalho (NASCIMENTO, 1968, p. 126). Seu redator foi preso na véspera das eleições para Juiz de Paz em setembro de 1860 e solto alguns dias depois. Acusou, em suas páginas, o presidente da província Ambrósio Leitão da Cunha e o chefe de polícia Tristão de Alencar Araripe – conservadores – como os mandantes de sua prisão. Foi também um grande inimigo de *O Athleta*.

Mas os inimigos de *O Athleta* não estavam somente no campo político: a virulência de seus textos volta-se também contra alguns personagens e periódicos militares: *O Militar*, publicação da corte, é constantemente reconhecido como *papelucho*. E *A Revista Militar*, coluna inserida no *Diário do Recife* é também constantemente atacada pela redação de *O Athleta*. O periódico *O Militar* passa a ser publicado em 1859 no Rio de Janeiro. *O Militar* reaparece por conta da nomeação de Sebastião do Rego Barros, Barão de Suruhy, como Ministro da Guerra. Rego Barros era pernambucano, conservador e, também, militar. Era Tenente Coronel do Corpo de Engenheiros do Exército e já havia sido ministro da Guerra em 1837, durante o período regencial.

Quem nos dá pistas sobre *O Militar* é justamente *O Athleta*, em Recife. O periódico *O Militar* foi publicado, pela primeira vez em 1854, na Corte, e durou até julho de 1855. Seu desaparecimento coincide com o de outro periódico publicado pela mesma tipografia, intitulado *O Militar Brioso* (1855). Sabemos que o redator de *O Militar Brioso* foi transferido da corte – possivelmente pela descoberta de seu envolvimento com a imprensa – e, posteriormente, preso. Umbelino do Campos Limpo era opositor político do gabinete imperial, identificava-se como liberal e chegou a concorrer nas eleições pelo Partido Liberal, em 1861 e 1863 (NASCIMENTO, 2015, p. 105). A prisão de Campos Limpo pode ter influenciado igualmente o encerramento da *Revista Marítima Brasileira*, que tem sua última edição publicada em julho de 1855.

O debate é importante, pois *O Militar* é um periódico que ainda hoje não teve sua autoria identificada. John Schulz insiste que o periódico era publicado por alunos da Escola Militar da corte e compreende o lançamento do periódico como uma crítica

ao projeto legislativo de proibir jovens oficiais de se casarem sem consentimento do Ministro da Guerra (SCHULZ, 1994, P. 38). No entanto, não há no periódico nenhuma informação que confirme estas inferências. Adriana Barreto de Souza também é levada a pensar sobre a questão da autoria e acaba por concluir pela ligação do periódico com alunos da Escola Militar (SOUZA, 1999, p. 155). Para além, defendemos que o periódico era, de fato, publicado por oficiais militares egressos da Escola Militar ou ainda oficiais que tivessem alguma ligação com a Escola Militar. Este é um padrão encontrado com facilidade na imprensa militar do período e, se levarmos em conta o padrão de formação dos redatores dos periódicos do mesmo período, a informação torna-se ainda mais relevante (NASCIMENTO, 2015, p. 100).

*O Militar Brioso* (1855) era publicado pelo capitão Umbelino Campos Limpo, formado pela Escola Militar; *A Revista Marítima Brasileira* (1851-1855) publicada por oficiais da Marinha; *O Brasil Marítimo* (1854-1859) também publicado por oficiais da Marinha; *Indicador Militar* (1862-1863), publicado por oficiais do Exército e, também, lentes e professores da Escola Militar. Logo, é possível que os redatores de *O Militar* fossem oficiais egressos da Escola Militar, seguindo um padrão facilmente encontrado no período.

É novamente John Schulz que fornece informações sobre o ressurgimento de *O Militar*, na corte, em 1860. Para o autor, a publicação reaparece diante de uma crise na Escola Militar quando alguns alunos, ao reclamarem das condições da Escola, acabaram sendo expulsos (SCHULZ, 1994, p. 49). No entanto, *O Athleta* nos dá outra informação: *O Militar* surge na Corte após a indicação de Rego Barros para o Ministério da Guerra. Sua nomeação ocorre em agosto de 1859 e *O Militar* surge pouco depois, como forma de protesto à nomeação de Rego Barros. Quem nos dá essa informação é *O Athleta*, pois as únicas edições deste periódico que estão arquivadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional abrangem o período de dezembro de 1860 e janeiro de 1861, totalizando somente 4 edições. Sabemos que *O Militar* teria durado até, ao menos,

1863, pois era constantemente publicado no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, o seu lançamento.<sup>3</sup>

A polêmica com *O Militar* dá-se pela seguinte questão: ao assumir o ministério da Guerra, Rego Barros buscou reorganizar a oficialidade que estava na corte, designando oficiais que estavam em comissões ineficientes ou sem função para comandos de tropas em províncias afastadas, visto tais tropas estarem sem comando. As ordens de transferência não foram cumpridas por alguns oficiais e estes foram encaminhados para o Conselho de Guerra, uma espécie de tribunal militar que deveria investigar e julgar os crimes cometidos por militares relativos ao código de disciplina da instituição. Rego Barros teria dito que “[...] para ele tanto fazia o soldado como o general, quanto se tratava de punir ou recompensar” (*O ATHLETA*, 1860a, p. 2). O redator de *O Athleta* entende que tal fala teria despertado indignação nos oficiais da corte, pois lançava uma mancha no brio militar. Os oficiais da corte entendiam que o brio era uma característica exclusiva dos membros da instituição militar e as ações de Rego Barros resultaram em vingança por parte do periódico *O Militar*:

Esta fraseologia não agradou a oficialidade do exército em sua generalidade. Os filhos da fortuna, esses que só servirão [sic] quando e como queiram, agruparam-se para a represália e hastearam novamente essa bandeira esfarrapada à que batizaram – Militar – para desabafo da mais mesquinha e ridícula vingança (*O ATHLETA*, 1860a, p. 2)

De acordo com o autor, os redatores de *O Militar* são inconformados e revoltados porque Rego Barros não se subordinou às suas opiniões. Confirma que *O Militar* reapareceu por conta da prisão de dois Tenentes Coronéis e um Capitão por não cumprirem as ordens do Ministro da Guerra: “[...] sua estreia foi um chuveiro de descomposturas e acusações injustas, caminho que há (sic) até hoje infelizmente seguido” (*O ATHLETA*, 1860c, p. 2). Em defesa de Rego Barros, o redator enumera uma série de ações da administração em favor do Exército.

---

<sup>3</sup> Alguns autores compreendem que é a continuação de periódico com o mesmo nome publicado entre 1854 e 1855 (SCHULZ, 1994). Uma discussão mais completa sobre o assunto pode ser encontrada em NASCIMENTO (2015) sustentando a hipótese de se tratar de publicações diferentes.

Para atacar *O Militar*, o redator recorre ao aviso ministerial de 4 de outubro de 1859, lançado por Rego Barros. O aviso claramente tem relação com o ressurgimento de *O Militar* na corte, porque se refere especificamente as discussões indecorosas na imprensa. Nesse sentido, o aviso não proíbe expressamente a participação de militares na imprensa, mas adverte sobre punições a quem “recorra [sic] a imprensa para provocar conflitos e desrespeitar seus superiores” (*O ATHLETA*, 1860d, p. 2). Ou seja, o aviso refere-se à participação de militares de forma indecorosa na imprensa, sobretudo quando se desrespeitava as relações hierárquicas intrínsecas da instituição. Logo, parece-nos claro que o lançamento do aviso tem relação direta com o reaparecimento de *O Militar*, no Rio de Janeiro. Interessante perceber que, em 1875, este aviso será novamente atualizado, desta vez constando do Regulamento disciplinar para o Exército em tempos de paz efetuado pelo Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, aprovado em março. É este regulamento que será utilizado, na década de 1880, para desencadear a “Questão Militar”.

Tendo em vista que *O Athleta* era um periódico político, que se coloca efetivamente como defensor da candidatura de conservadores, a crítica ao *Militar* pode estar relacionada com a questão política. Seria, então, *O Militar* um periódico de fundo liberal? A questão é interessante e abre a possibilidade de um novo enfoque de pesquisa para o contexto de surgimento da imprensa periódica militar. Ora, o redator de *O Militar Briosso*, que era publicado no mesmo período e na mesma tipografia de *O Militar* era identificado como sendo um liberal histórico. Tanto *O Militar*, em 1854, quanto *O Militar Briosso*, em 1855, fazem inúmeras referências ao contexto político da época e a e com relação ao poder legislativo estar dominado por “legistas”, isto é, por aqueles ligados à formação nos cursos de direito. Carvalho pontua como durante a década de 1850 houve o predomínio de legislas e funcionários públicos no parlamento brasileiro e as discussões sobre esta questão foram bastante fortes na imprensa, sobretudo a partir das reformas políticas efetuadas pelo gabinete do Marques do Paraná (CARVALHO, 2008, p. 176).

Conhecido como Gabinete da Conciliação (1853-1856), por ter posto fim a luta entre liberais e conservadores, o projeto tinha como objetivo diminuir a participação de funcionários públicos no legislativo e levou a um debate sobre o sentido da participação política dos magistrados que teve, na imprensa, seu grande canal. Carvalho demonstra como havia consenso sobre a forte presença de empregados públicos, sobretudo magistrados, na política (CARVALHO, 2008, p. 178). É possível, portanto, que exista uma conexão também política nos periódicos, que merece maior atenção do pesquisador e maior aprofundamento de análise. A leitura de *O Athleta* e as informações trazidas pelo periódico possibilitaram o levantamento desta hipótese, que carece ainda de análise.

Embora *O Athleta* seja um periódico eminentemente político e destoe, de uma forma geral, dos periódicos publicados na corte, existe uma forte ligação com a questão militar, embora esta não seja a questão principal do periódico. O periódico é reconhecido como um órgão da classe militar, mesmo não colocando em seu programa de lançamento proposições nesse sentido. Em um artigo publicado na coluna “Comunicado” *O Athleta* foi reconhecido como folha militar:

[...] há muito tencionávamos tratar dessa fortaleza e dar publicidade [...] mas a falta de um jornal militar nesta província e a dificuldade que se encontra as mais das vezes em encontrar-se uma redação que aceite certos escritos [...] fez-nos até hoje hesitar e guardar para melhor ocasião a realização do nosso propósito [...] porém agora que essa falta está sanada e que a imprensa de Pernambuco possui o *Athleta* que tendo por programa tratar das questões políticas e militares, não escrupulizará [sic] receber e publicar os nossos escritos [...] (*O ATHLETA*, 1860e, p. 2).

Logo, é possível inferir que o jornal atingia certo número de militares que estavam em Recife. Em 1860 a província de Pernambuco contava com as seguintes guarnições militares: 8º, 9º e 10º Batalhão de Infantaria, 4º Batalhão de Artilharia a Pé, e a 2ª Cia de Guarnição Fixa de Infantaria. (ALMANAK MILITAR, 1861, p. 293). Mesmo trazendo alguns assuntos militares à tona, a temática de *O Athleta* é bastante política,

pois a política perpassa até a defesa que o periódico faz de militares ou do próprio ministro da Guerra, reconhecidos conservadores.

A partir da sexta edição o tom do periódico começa a aumentar: a edição encerra com uma mofina endereçada ao Alferes do 2º batalhão de infantaria Joaquim José Luiz de Souza, que é identificado como o redator da *Revista Militar*, que se publicava no *Diário do Recife*, e seria também o correspondente de *O Militar* na corte e colaborador do periódico *A Nova Era*. Quem faz a denúncia completa ainda o texto com outras acusações relacionadas à atuação do Alferes na jogatina ilegal, além de compras que teriam sido efetuadas pelo Alferes enquanto agente do conselho econômico responsável pela aquisição de insumos e viveres para o 4º Batalhão de Artilharia a Pé, unidade para a qual havia sido transferido em 1859. Por conta dessa denuncia estaria respondendo a Conselho de Guerra em 1860 (*O ATHLETA*, 1860e, p. 4).

A denúncia seria respondida pelo próprio Alferes no periódico *O Liberal Pernambucano* e replicado pela *A Nova Era*, em 7 de novembro de 1860. Joaquim de Souza não nega sua participação na imprensa, admitindo de forma sutil que era o redator da *Revista Militar*, no *Diário do Recife*, e correspondente de *O Militar*, no Rio de Janeiro:

Se sou o autor da *Revista Militar*, e correspondente do *Militar*, nenhuma satisfação tenho a dar disto a estes que soberanamente desprezo. Se sou colaborador da *Nova Era*, o proveito é meu, não quero e nem desço a justificar-me por acusações de miseráveis covardes. (*A NOVA ERA*, 1860a, p. 4).

O texto segue em tom de indignação contra a redação de *O Athleta*, reconhecido como “nojento papelucho” (*A NOVA ERA*, 1860a, p. 4). Joaquim de Souza nega as acusações que lhe são imputadas, sobretudo com relação a casa de jogos de que foi acusado ser dono. *O Athleta* rebate na mesma moeda: continua por diversas edições a mofina envolvendo o nome do Alferes, expondo o suposto caso de desvio das compras do 4º batalhão, além de insistir na conduta imoral do Alferes, reconhecida até por seus superiores (*O Athleta*, 1860f, p. 2). Souza sentou praça em 8 de janeiro de 1850 e torna-



se Alferes em 14 de abril de 1855, tendo participado da Campanha do Uruguai, de 1851 a 1852 (ALMANAK MILITAR, 1861). Em 1855 estava no 3º Batalhão de Infantaria, em Minas Gerais (CORREIO MERCANTIL, 1855a, p. 1). Em seguida, foi transferido para a Bahia, para o 2º Batalhão de Infantaria e, por volta de 1858, já estaria lotado no 10º Batalhão, em Recife. O *Athleta* reconhece Joaquim Souza como “praieiro”, isto é, um liberal. Explica-se, desta forma, porque tamanha virulência contra um colega de farda e, também, contra suas opiniões expressas na imprensa do período.

Mas quem era, afinal, o redator de *O Athleta*? Duas fontes trazem essa informação: *O Correio Mercantil*, de 14 de dezembro de 1860, informa ser o redator o cadete do Exército Tude de Andrade Gomes. A mesma informação consta também no livro *História da Imprensa de Pernambuco*, de Luiz do Nascimento (1868). Andrade Gomes estaria, portanto, alocado no 10º Batalhão de Infantaria de Recife por volta deste período. Cadete era um título geralmente reservado a filhos de oficiais, quando sentavam praça no Exército. Derivava ainda da organização do antigo Exército português, criado como título no século XVIII. A tradição manteve-se no Exército do Brasil independente, sendo uma forma de entrada na instituição. Os filhos de oficiais subalternos poderiam entrar na instituição como segundos cadetes e os filhos de oficiais superiores como primeiros cadetes. Ao entrar como cadete, os jovens “saltavam” alguns postos inferiores, tornando mais rápida sua nomeação para Alferes. O título durou durante todo o período imperial e se equivaleria, hoje, ao posto de aspirante (BARROSO, 2019, P. 78-79).

A entrada como cadete demonstra também as ligações políticas e sociais a que Andrade Gomes deveria ter acesso. Sua redação em *O Athleta* sempre defendeu a candidatura de Antônio Epaminondas de Mello, importante político conservador de Pernambuco. Epaminondas de Mello era bacharel em Direito pela faculdade de Olinda e foi deputado em diversas legislaturas pelo partido conservador. Foi ainda presidente da província do Amazonas entre 1865 e 1868. Em outubro de 1866 Tude estava de passagem pelo Rio de Janeiro a caminho dos campos do Paraguai e levava consigo uma carta escrita por Epaminondas de Mello. A carta estava endereçada ao Conselheiro

Angelo Muniz da Silva Ferraz e indicava Andrade Neves para comissão ou serviço na Secretaria de Guerra. Contava Tude com 10 anos de serviço em 1866 (CARNEIRO, 2011, P. 39). A carta indicava as boas relações que Tude tinha no âmbito político do período: Epaminondas de Mello seria ainda advogado de Tude em processo criminal no período em que o cadete escrevia o periódico *O Athleta*. Justifica-se, portanto, a relação do periódico com o título militar que ostentava. Não há mais informações que esclareçam se Tude era ou não o único responsável pelo periódico. Mas é possível que sim, dada a característica da imprensa do período. Outros periódicos militares tinham somente um redator, como foi o caso de *O Militar Briosso* (1855), do Rio de Janeiro, *O Soldado e o Marinheiro* (1869) e *O Soldado* (1881), também do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2015).

Por certo, a existência de *O Athleta*, nestes termos, não poderia durar muito. Além da mofina contra o Alferes Joaquim Souza havia também as provocações virulentas e pessoais contra Nascimento Feitosa, Modesto Canabarro, Felipe Neri Colaço, além do redator de *A Nova Era*, Joaquim Manoel de Carvalho. Este fez denuncia, em seu periódico, na edição de 3 de dezembro de 1860, de uma ameaça que recebeu, por volta das 8h da noite do dia 24 de novembro. Achando-se na casa do compadre Miguel Marinho, notou pela janela que um indivíduo suspeito estava espreitando a casa. Marinho vai inquirir o suspeito e pergunta-lhe a quem procura. O suspeito é reconhecido como gato-brabo, um ex-soldado do exército de índole violenta que diz ter negócios a tratar com Manoel de Carvalho. Um punhal é visto nas mãos de gato-brabo que se afasta e logo retorna, acompanhado de Tude, reconhecido como cadete do Exército e de um tenente da Guarda Nacional, reconhecido como Camillo. Tude teria feito ameaças a Manoel de Carvalho, que imediatamente soou um apito de alerta, a fim de chamar os guardas noturnos. Tude e seus comparsas se afastam e em pouco tempo a rua está tomada de populares que saíram de casa ao ouvir o soar do apito de Manoel de Carvalho. Em meio à confusão, um ordenança apareceu e ameaçou Manoel de Carvalho de prisão: o ordenança teria recebido ordens de Tude e de Camillo para conduzir o homem que apitava à prisão. A confusão é terminada, mas Manoel de

Carvalho faz grave denúncia ao possível envolvimento de Tristão de Alencar Araripe, chefe de polícia, no episódio. Para o redator estava clara a participação de Araripe no caso (A NOVA ERA, 1860(b), p. 4).

A escalada de violência não se contentou com a ameaça a Manoel de Carvalho. No dia 1º de dezembro, no pátio do Carmo em Recife, Modesto Canabarro foi violentamente agredido. O crime foi noticiado pelo *Liberal Pernambucano*, mas ganhou maior destaque por outros órgãos da imprensa pernambucana somente a partir do dia 4 de dezembro (NASCIMENTO, 1968; DIÁRIO DO PERNAMBUCO, 1860a, p. 2). Por volta das cinco e meia da tarde, no Pátio do Carmo, um homem aproxima-se de Modesto Canabarro e dá-lhe uma pancada nas costas. O chapéu de Canabarro cai no chão e o homem ataca novamente, desferindo uma pancada na cabeça. As testemunhas afirmaram que o homem tinha um punhal na mão e recuou ao ser inquirido por populares que assistiram a cena. Fugindo, refugiou-se na casa do Capitão da Guarda Nacional Firmino José de Oliveira, conhecido conservador e escriturário da Alfandega do Recife. Pouco depois, teria saído da casa de Firmino e procurado guarida na casa de Tude de Andrade Gomes (CORREIO MERCANTIL, 1860b, p. 2). O assassino foi identificado como João Ferreira de Souza, possivelmente o mesmo homem que ameaçou, junto com Tude, Manoel de Carvalho na semana anterior. João Ferreira era uma espécie de segurança do subdelegado de polícia Jovino Carneiro Machado Rios, e havia cumprido pena em Noronha por assassinato, conforme indicam *O Correio Mercantil* e *A Nova Era*.

O processo policial logo toma importância, ao prender três supostos mandantes e o suposto autor do espancamento. O motivo da briga teria sido político: O Athleta publicou um poema satírico invocando a figura de Modesto Canabarro e atacando, inclusive, sua família. Modesto teria respondido à altura em seu periódico *O Vapor dos Traficantes*, publicado em Recife desde 1858. O *Vapor* era um periódico de tendência liberal que, a partir da proximidade das eleições de 1860, passou a fazer campanha contra a administração provincial de Ambrósio Leitão da Cunha e contra o chefe de polícia Tristão de Alencar Araripe. Com frequência *O Vapor* publicava denúncias de atos

arbitrários do governo, da polícia e, também, denúncias com relação à fraude nas eleições (NASCIMENTO, 1965). O próprio *Vapor* irá publicar sobre o espancamento de Modesto Canabarro, atribuindo como culpados seus inimigos políticos. De fato, *O Athleta* desde seu surgimento havia escrito textos e poemas satíricos virulentos contra Modesto Canabarro.

A última edição de *O Athleta*, publicada em 29 de dezembro de 1860, buscou fazer a defesa dos acusados na investigação do espancamento de Modesto Canabarro. Com inéditas oito páginas, o periódico faz a transcrição de vários documentos e expõe o nome dos acusados: o cadete do Exército Tude de Andrade Neves, o subdelegado Jovino Carneiro Machado Rios e Bernardino de Senna Barros. Todos os três são acusados de envolvimento no planejamento do crime e têm como advogado Antônio Epaminondas de Mello. Como vimos, o cadete Tude de Andrade Neves era o redator de *O Athleta*. Suas ligações políticas com o partido conservador eram fortes e aparentes, sobretudo pela relação com Epaminondas de Mello. O outro acusado, o subdelegado Jovino Carneiro Machado Rios, tinha como álibi a palavra de Epaminondas, que chegou a publicar no *Diário de Pernambuco* que esteve no sábado, durante o horário da agressão, com Jovino, além de citar outras testemunhas (*Diário de Pernambuco*, 1860a, p. 2).

O ocorrido deixou claro até onde as escaramuças políticas poderiam chegar. A agressão de Modesto Canabarro foi o ápice do virulento costume de atacar, de forma pessoal, a honra e a vivência dos inimigos políticos através da imprensa. *O Athleta* sempre colocava a alcunha de *papelucho* ou *pasquim* a outros periódicos, mas não admitia sua própria virulência ao se referir aos seus inimigos políticos. Em edição de 24 de novembro de 1860 *O Athleta* publica alguns versos satíricos. Um deles, cujo título era “Ao intitulado almirante do traficantado”, estava, claramente, endereçado ao editor do periódico *O Vapor dos Traficantes*, Modesto Canabarro. Os versos brincam com alusões rudes ao redator comparando-o a figuras animais como “mula” e “macaco”. Os últimos versos conclamam, de forma simbólica, a violência:

Mas tu, só traste safado  
Que não tens na boca um dente,  
Serás o seu padecente  
Porque todos sem reserva  
Desejam ver-te em conserva  
Na botija d'aguardente  
(O ATHLETA, 1860g, p. 4)

A última edição de *O Athleta* termina com a exposição dos diversos documentos, buscando alegar a inocência dos três mandantes. O inquérito policial, por fim, faz o indiciamento pelo crime apenas de João Ferreira de Souza, que havia sido preso em flagrante. Tristão de Alencar Araripe considerou a denúncia contra Tude, Jovino e Bernardino improcedente e encaminhou o alvará de soltura, já que foram considerados inocentes (JORNAL DO RECIFE, 1861a, p. 1). Dadas as conexões políticas de todos os envolvidos, o resultado não causa surpresa. Tanto Tude como Jovino tinham fortes ligações políticas com o partido conservador – e, no caso de Jovino, fortes ligações com o chefe de polícia. Embora não tenhamos localizado informações sobre Bernardino, é possível inferir que suas ligações políticas contribuíram para o desfecho do caso.

### **Uma conclusão e algumas possibilidades de pesquisa**

*O Athleta* torna-se um periódico importante, pois destoa dos periódicos militares do mesmo período em alguns quesitos importantes: embora conclamasse em seu título ser um periódico político e militar, *O Athleta* não faz menção aos tradicionais discursos sobre a classe militar identificados nos periódicos do mesmo período. Naqueles, é possível identificar um discurso bastante conciso com relação a existência da classe militar e da necessidade de um periódico que exponha suas principais questões e necessidades. Há também um discurso recorrente que identifica a classe militar com características positivas enquanto desqualifica a classe política, utilizada em oposição. Lembrando que estes periódicos não eram institucionais e de que não havia um discurso institucional neste período sobre a função e as características da força militar, é possível inferir que o discurso veiculado pela imprensa militar tivesse relação com a construção

de um discurso institucional efetuada por uma parcela de seus integrantes (NASCIMENTO, 2015).

O *Athleta* surge em um momento bastante específico relacionado ao contexto eleitoral de 1860-61 em Recife. Logo, seu caráter político é mais forte e a evocação “militar” liga-se, possivelmente, a identificação de seu redator enquanto militar conservador. As informações obtidas através do periódico deixam também bastante evidente o peso das relações políticas encetadas pelo redator, sobretudo com a forte liderança conservadora de Epaminondas Mello. Ainda assim, é possível perceber a defesa de pautas militares, mesmo que bastante permeadas pelo debate e pelas preferências políticas. Logo, a publicação não segue o padrão do discurso com relação à classe militar identificado nas análises anteriores de outros periódicos militares (NASCIMENTO, 2015; 2023).

Para além, O *Athleta* traz outro dado interessante: seu principal redator, o cadete Tude de Andrade Neves, não havia se formado em nenhuma escola militar. É notável, também, que o outro militar apresentado, o Alferes Joaquim José Luiz de Souza colaborador de *O Militar*, no Rio de Janeiro, e identificado como autor da *Revista Militar*, no Diário do Recife, também não tivesse nenhuma educação formal em escolas militares. Em pesquisa anterior a maior parte dos redatores era egresso da Escola Militar, padrão que aparece em vários periódicos do período. Em 1862, por exemplo, foi lançado no Rio de Janeiro o *Indicador Militar*, tendo como editor o Coronel Vicente Ferreira da Costa Piragibe, militar do corpo de Estado Maior de 1ª classe do Exército, cujos estudos na Academia Militar foram concluídos em 1841 (STUDART, 1980). Outros dois oficiais tinham participação na edição: O Major Isaltino José de Mendonça Carvalho, oficial do corpo de Estado Maior e bacharel em matemática e o Major Francisco da Costa Araújo e Silva, do Corpo de Engenheiros e doutor em matemática. Ao todo, o *Indicador* contou com 34 colaboradores identificados, entre as edições do ano de 1862 e 1863. Destes, 10 militares trabalhavam na Escola Militar ou como professores ou como funcionários. Ainda do total, 10 militares faziam parte do Corpo de Engenheiros e 8 militares eram do corpo de Artilharia (NASCIMENTO, 2015, p. 118).

Já citamos aqui o caso de Umbelino do Campos Limpo, oficial também formado pela Escola Militar e que foi identificado como redator de *O Militar Brioso*, em 1855. Levantamos a hipótese fortemente amparada de que os redatores de *O Militar* deveriam, igualmente, serem egressos da Escola Militar ou mesmo funcionários, visto que Campos Limpo também atuou como secretário da Escola entre 1858 e 1860 (NASCIMENTO, 2015, p. 109).

Cabe ampliar a pesquisa nesse sentido partindo-se da hipótese de que, talvez, a formação formal militar tenha condicionado o discurso mais militar dos periódicos da corte em contrapartida ao discurso mais político do periódico pernambucano. É ainda possível traçar consideração similar se levarmos em conta que tanto Tude quanto o Alferes Joaquim José não pertenciam ao corpo de oficiais, o que pode também ter impactado no discurso do periódico. Tude, quando se refere ao brio militar e a fala de Rego Barros, parece compreender que havia uma relação entre a ideia de brio militar pelos redatores de *O Militar* e a oficialidade, como se esta característica fosse intrínseca somente a oficiais. Tude não era oficial, tampouco tinha educação formal militar; mas pareceu bastante comovido ao se referir a administração de Rego Barros e ao entendimento do ministro de que o brio e a honra eram características também de soldados e não apenas de oficiais (O ATHLETA, 1860a, p. 2).

O brio e a honra militar são partes indissociáveis do discurso veiculado pelos periódicos observados na imprensa militar do oitocentos. São características importantes da instituição militar e do discurso formador da instituição. É um dos preceitos mais importantes e um dos primeiros que vai diferenciar um militar de um civil. A honra militar não existe fora da instituição: embora outros grupos profissionais e civis possam viver sob fundamentos éticos, a honra militar é característica única e constitutiva das forças armadas (FEBVRE, 1998, p. 63; JANOWITZ, 1968, P. 194). Logo, a honra é um valor constitutivo muito importante das forças armadas modernas do XIX. Logo, dissociar a honra do quadro de oficiais, ampliando-a para o quadro de subalternos ao qual sugere Tude é um aspecto que merece maior atenção em uma pesquisa futura.

Outro ponto notável: *O Athleta* demonstra sua oposição ao discurso dos periódicos publicados na corte e no próprio âmbito da imprensa no Recife. Por trás desta oposição estava, claramente, o viés político de *O Athleta*, pois sua virulência volta-se contra todos que são identificados como liberais no período. A defesa que o redator faz não apenas do Ministro Rego Barros, mas de outros militares, identificados enquanto conservadores, deixa clara sua pauta principal: a questão política não apenas fora, mas também dentro da caserna. Lembremos que, em 1862, o aparecimento do *Indicador Militar*, no Rio de Janeiro, foi seguido de uma enxurrada de críticas na imprensa da corte, notadamente através das páginas do *Diário do Rio de Janeiro* (NASCIMENTO, 2015, p. 128). A posição de crítica, para além da questão política, demonstra como não havia consenso entre os militares no período. Reforça ainda a necessidade de sempre avaliarmos o todo analítico e o cuidado em não considerar a instituição como uma e indivisível, demonstrando os dissensos internos que caracterizam o período. Demonstra, assim, a importância de não generalizarmos os militares, questão que pode levar a problemas e erros interpretativos. *O Athleta* assevera como havia, no interior da instituição, dissensões políticas importantes que condicionavam a própria atuação de seus membros.

Não localizamos neste momento da pesquisa o periódico *Diário de Recife*, que publicou em 1860 a coluna *Revista Militar*, escrita pelo Alferes Joaquim José Luiz de Souza. Embora conste na obra de Luiz do Nascimento (1968) a existência do periódico na Biblioteca Estadual de Pernambuco, constatamos que o acervo foi transferido para o Arquivo Estadual e de lá tem sido transferido para a Companhia Editora de Pernambuco, a fim de proceder com a sua digitalização. Portanto, pode ser possível que, no futuro próximo, o debate possa ser ampliado com a citada coluna.

Como característica da imprensa do oitocentos, estes periódicos desapareciam da mesma forma que apareciam: de repente. As exasperadas contendas políticas geralmente decretavam o fim dos periódicos. Podemos registrar que, em dezembro de 1860, irão desaparecer *O Vapor dos Traficantes*, *A Nova Era* e *O Athleta*. Sabemos que *O vapor dos traficantes* e *O Athleta* desaparecem pelas circunstâncias violentas derivadas



do embate entre seus redatores – Tude Andrade Neves e Modesto Canabarro. *A Nova Era* justifica seu fim também pela violência: lembremos da ameaça sofrida por Manoel de Carvalho que reconheceu Tude como seu possível agressor. Neste sentido, seu desaparecimento deixa claro a elasticidade do debate político na arena da imprensa e o quanto, muitas vezes, os redatores dos periódicos lutavam para manter sua identidade escondida. De ameaças a prisões, ou ainda de transferências a conselhos de guerra – como no caso de Umbelino Campos Limpo, de *O Militar Briosso* - seus redatores primavam pela manutenção da imprensa enquanto arena de combate político e social. Muitas vezes, o combate extravasava o campo simbólico da imprensa para tomar partido nas circunstâncias reais da vida de seus redatores.

A virulência dos artigos publicados pelos periódicos aqui apresentados deixa claro o entendimento que se fazia da imprensa à época. Para além, revela como as desavenças políticas rapidamente se convertiam em desavenças pessoais e, não raro, em casos de violência. No período abrangido por este artigo, vários personagens tiveram sua vida afetada pelas relações políticas e pela própria participação na imprensa. A confusão derivada do espancamento de Modesto Canabarro deu fim de forma direta ao periódico *O Athleta* e ao periódico do próprio Modesto, *O Vapor dos Traficantes*. Também *A Nova Era* foi atingida pelo ocorrido, pois deixou de ser publicado em dezembro de 1860, já que seu redator revelou ser também vítima de ameaças contra sua integridade.

O Alferes Joaquim José Luiz de Souza estava preso, por volta de 1861, na capital da província de Alagoas, onde aguardava transferência para Pernambuco. O *Correio Mercantil*, em edição de 22 de outubro de 1861, informa que o Alferes estava sendo considerado desertor, pois havia fugido da prisão onde estava. Em 26 de maio de 1862 é publicado no mesmo jornal o aviso declarando a exclusão de Joaquim José Luiz de Souza do Exército, por desertar em 29 de dezembro de 1861. Refere-se ao aviso ministerial de 24 de abril de 1862, onde consta a confirmação do pedido de exclusão por deserção. Interessante assinalar que as relações políticas e, também, as relações

criadas na imprensa pelo Alferes possam ter tido relação com seu desligamento do Exército.

Já o Sargento-Ajudante Tude de Andrade Neves, redator de *O Athleta*, foi nomeado Alferes em Comissão, ligado ao 10º Batalhão de Infantaria, em 29 de dezembro de 1866, nos campos do Paraguai, no acampamento brasileiro em Tuyuti. Consta falecimento na enfermaria central do acampamento em 4 de junho de 1867, publicado na Ordem do Dia n. 84 (ORDENS DO DIA, 1877, p. 131 e 489). Tude deixou um filho pequeno e esposa (JORNAL DO RECIFE, 1899b, p. 2).<sup>4</sup> É possível inferir que as ligações políticas de Tude tenham-no protegido de possíveis represálias se compararmos sua situação à do Alferes Joaquim de Souza.

Compreendemos, assim, a relevância do estudo dos periódicos inseridos não apenas no contexto de história da imprensa, mas também, da imprensa periódica militar. A existência de *O Athleta* demonstra contrastes muito interessantes com relação aos periódicos identificados e publicados, em sua maioria, na corte. Um aprofundamento da pesquisa, através de outros periódicos publicados em Pernambuco no período, pode ajudar a esclarecer a função destes periódicos na formação dos discursos sobre a instituição militar no Oitocentos e, também, abrir mais caminhos de pesquisa para compreensão do papel da instituição na política e formação do estado Imperial.

## Referências

ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Revista Navigator*, v. 9, p. 55-64, 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Brasília: Senado Federal 2019.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org). *Cartas Brasileiras (1809-2000): Coletânea de Fontes para o estudo do Português, Volume I (1809-1904)*. Feira de Santana: Editora

---

<sup>4</sup> Em artigo no *Jornal do Recife*, Manoel Amando Lobo Gomes prático da Marinha mercante e colaborador do *Jornal do Recife* informa, em um texto de memórias, ser filho de Tude de Andrade Gomes, falecido nos campos do Paraguai. Manoel Gomes relembra a infância pobre e cheia de dificuldades, amparado pela mãe e pela avó.

UEFS, 2011, p. 39. Disponível em : [http://www5.uefs.br/cedohs/assets/files/Cartas%20Brasileiras/Cartas%20Brasileiras%20-%20%20volume%201/Vol\\_1-CD\\_1.pdf](http://www5.uefs.br/cedohs/assets/files/Cartas%20Brasileiras/Cartas%20Brasileiras%20-%20%20volume%201/Vol_1-CD_1.pdf) Acesso 24 mai. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem. Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010,

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998, p. 60.

JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.

LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros fardados no império: A modernidade no pensamento dos egressos da escola militar*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre, 2013.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111 a 153.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 59.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco*. Recife: UFPE, 1970.

NAVARRO, Pablo; DÍAZ, Capitolina. Análisis de Contenido. In: DELGADO, J. M; GUTIÉRREZ, J. (orgs.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

PESSOA, Sabino Eloy; GAMA, Luiz Philippe de Saldanha da Gama (Org.). *Catálogo Metódico da Biblioteca da Marinha*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 1879.

SCHWARCZ, Lilia. GOMES, Flávio (Org.). *Dicionário da Escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHULZ, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo. EDUSP, 1994.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio- bibliographico Cearense*. Editora da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1980.

## Fontes

*O Militar*, ano I, n. 17, de 31 de março de 1855, p. 2. (b)

*O Militar*, ano I, n. 1, de 14 de julho de 1854 (a)

*O Militar Brioso*, ano I, n. 15, de 19 de junho de 1855 (a)

*Indicador Militar*, ano I, n. 23, de 1º de dezembro de 1862 (a)

*O Soldado e o Marinheiro*, ano I, n. 4, de 30 de outubro de 1869 (a)

*Revista Marítima Brasileira*, ano IV, n. 1, de 20, de julho de 1854 (a)

*Revista Marítima Brasileira*, ano IV, n. 16, de 1º de março de 1855 (b)

*Echo Militar*, ano II, edição n. 1, de janeiro de 1879

*O Athleta*, sábado, 27 de outubro de 1860, edição Nº 3 (a)

*O Athleta*, Quarta Feira, 31 de outubro de 1860, edição Nº 4 (b)

*O Athleta*, 3 de novembro de 1860, edição Nº 5 (c)

*O Athleta*, 14 de novembro de 1860, edição Nº 8 (d)

*O Athleta*, 7 de novembro de 1860, edição Nº 6 (e)

*O Athleta*, de 10 de novembro de 1860, edição Nº 7 (f)

*O Athleta*, de 24 de novembro de 1860, edição Nº 7 (g)

*A Nova Era*, 7 de novembro de 1860, edição Nº 38 (a)

*A Nova Era*, 3 de dezembro de 1860, edição Nº 40 (b)

*Correio Mercantil*, 21 de maio de 1855 (a)

*Correio Mercantil*, 14 de dezembro de 1860 (b)

*Correio Mercantil*, em edição de 22 de outubro de 1861

*Correio Mercantil*, em edição de 26 de maio de 1862

*Diário de Pernambuco*, 4 de dezembro de 1860 (a)

*Jornal do Recife*, 5 de janeiro de 1861 (a)

*Jornal do Recife*, 15 de outubro de 1899 (b)

*Almanak Militar para o ano de 1861*. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861.

Ordens do Dia, Primeiro Volume (1866 a 1867). Rio de Janeiro: Impressão de Francisco Alves de Souza, 1877. Ordem do Dia N° 27 de 12 de Janeiro de 1867, Quartel general em Tuyuti, Comando em Chefe de todas as forças Brasileiras em operações contra o governo do Paraguay, p. 131 e 489.

Recebido em maio de 2024  
Aceito em agosto de 2024